



Procuradoria Geral do Estado - PGE
Procuradoria de Contratos e Convênios - PGE-PCC

Parecer nº 773/2021/PGE-PCC

Referência: Processo administrativo nº 0036.190970/2019-07 - Pregão Eletrônico nº 44/2021/KAPPA/SUPEL/RO.

Procedência: Equipe de Licitação KAPPA/SUPEL.

Interessado: Secretaria de Estado da Saúde - SESAU.

Objeto: Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Operação, Manutenção Preventiva e Corretiva com Reposição de Peças em Estação de Tratamento de Esgoto - ETE, bem como Limpeza, Desobstrução do Sistemas de Esgotos (tubulação, Caixa de inspeção e Caixas de Gordura), visando atender ao Hospital e Pronto Socorro João Paulo II - HEPSJP/II da Secretaria de Estado da Saúde – SESAU/RO.

Valor estimado: R\$ 476.199,96.

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. RECURSO ADMINISTRATIVO. TESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA COMPATÍVEL COM O OBJETO LICITADO. ENTREGA ANTECIPADA DAS DOCUMENTAÇÕES EM DETRIMENTO DA MERA DECLARAÇÃO. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA COMPROVADA. CONHECIMENTO. INDEFERIMENTO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO DO PREGOEIRO.

I. INTRODUÇÃO

1. Trata-se de recursos interpostos pelas licitantes **EMOPS SERVICOS E COMERCIO LTDA** (0018504868) e **CASA NOVA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - EPP** (0018889467), com fundamento no art. 4º, inciso XVIII, da Lei Federal nº 10.520/2002.
2. Houve apresentação de contrarrazões pela licitante **MARIFOSSA SANEAMENTO EIRELI ME** (0018504920).
3. O presente processo foi encaminhado a pedido do Senhor Superintendente para fins de análise e parecer.
4. Abrigam os autos o **Pregão Eletrônico nº 44/2021/KAPPA/SUPEL/RO**.

II. ADMISSIBILIDADE

5. Em sede de admissibilidade foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, interesse recursal, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, conforme comprovam os documentos acostados aos autos.

III. DAS RAZÕES DE RECURSO

III.1. LICITANTE EMOPS SERVICOS E COMERCIO LTDA (0018504868)

6. A licitante **EMOPS SERVICOS E COMERCIO LTDA**, ora recorrente, insurge contra a decisão que habilitou a recorrida **MARIFOSSA SANEAMENTO EIRELI ME**, alegando o não cumprimento das exigências de qualificação técnica estabelecida no subitem 10, alíneas "a.1", "a.2" e "a.3" do Termo de Referência.
7. Aduz que o atestado de capacidade técnica apresentado apresentam características de maior relevância compatível com o objeto do certame, porém, não apresenta a quantidade mensurável do serviço em unidades, valores, meses de execução ou qualquer outra forma de comprovar a execução de 20% exigidos no edital.
8. Pugna a recorrente **EMOPS** pela inabilitação da Recorrida **MARIFOSSA**.

III.2. LICITANTE CASA NOVA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - EPP (0018889467).

9. A recorrente **CASA NOVA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - EPP** também insurge contra a decisão que habilitou a recorrida **MARIFOSSA SANEAMENTO EIRELI ME**, aduzindo o não cumprimento das exigências de qualificação técnica.
10. Alega que, a recorrida não comprovou a experiência no ramo de estação de tratamento - ETE, conforme exigido no subitem 13.8 do edital e não apresentou as declarações de que entregará as documentações exigidas no subitem 13.9 do edital.
11. Pugna a recorrente **CASA NOVA** pela inabilitação da Recorrida **MARIFOSSA**.

IV. DAS CONTRARRAZÕES

IV.1. LICITANTE MARIFOSSA SANEAMENTO EIRELI ME (0018504920)

12. A Contrarrazoante **MARIFOSSA SANEAMENTO EIRELI ME**, em sua defesa, assevera que, os atestados apresentados comprovam a experiência em contrato pertinente e compatível com o objeto do certame.
13. Defende que, o atestado emitido pela Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD atesta que a recorrida *"executa serviços de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças da ETE-Estação de Tratamento de Esgoto, nas nossas unidades de tratamento"*, logo, em mais de uma unidade, sendo o serviço muito maior que o previsto no objeto.
14. Salaria que, os demais atestados *"comprovam a inequívoca capacidade técnica da Marifossa com relação a serviços que envolvem gestão de redes e esgoto, limpeza, captação, tratamento e destinação de efluentes, não deixam dúvidas de que a Marifossa é capacitada tecnicamente para a realização do trabalho, que, diga-se de passagem, é consideravelmente simples"*.
15. Defende ainda que, devido a sua experiência já apresentou antecipadamente os documentos que seriam futuramente exigidos, e sua apresentação não tem o condão de configurar violação ao edital.
16. Requer a improcedência dos recursos interpostos pelas recorrentes **EMOPS e CASA NOVA**, para que seja mantida a decisão que a habilitou no certame.

V. DA DECISÃO DA PREGOEIRA (0019845242).

17. Compulsando os autos, a Pregoeira julgou:
- **IMPROCEDENTE** os recursos interpostos pelas recorrentes **EMOPS SERVICOS E COMERCIO LTDA e CASA NOVA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - EPP**, mantendo-se a decisão que habilitou a recorrida **MARIFOSSA SANEAMENTO EIRELI ME** no certame.

VI. PARECER QUANTO AOS ATOS PRATICADOS NA FASE RECURSAL

18. O inconformismo das recorrentes **EMOPS SERVICOS E COMERCIO LTDA e CASA NOVA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - EPP** recaem contra a habilitação da recorrida **MARIFOSSA SANEAMENTO EIRELI ME**, alegando o descumprimento das seguintes regras relativas a qualificação técnica: **a) não comprovação de experiência compatível em característica e quantidade com o objeto lícitado; b) ausência de declaração de apresentação de documentação futura.**

a) Quanto a comprovação de experiência compatível em característica e quantidade com o objeto lícitado

19. Inicialmente, ressalta-se que, a apresentação de atestados visa demonstrar que as licitantes já executaram, anteriormente, objetos compatíveis em características com aquele almejado na licitação, com o fito de resguardar o interesse da Administração, a perfeita execução do objeto lícitado, buscando-se sempre preservar a competição entre os que reúnam condições de executar **objeto similar ao lícitado**, com esteio nos princípios, dentre outros, da razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e do formalismo moderado e da obtenção da proposta mais vantajosa à Administração, sem ferir a isonomia entre os participantes e a competitividade do certame.

20. O objeto da licitação se resume a Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Operação, Manutenção Preventiva e Corretiva com Reposição de Peças em Estação de Tratamento de Esgoto - ETE, bem como Limpeza, Desobstrução do Sistemas de Esgotos (tubulação, Caixa de inspeção e Caixas de Gordura), visando atender ao Hospital e Pronto Socorro João Paulo II - HEPSJP/II.

21. Conforme bem pontuado pela i. Pregoeira, o Edital solicita somente 01 (um) serviço, assim, 01 (um) atestado que comprove a sua experiência com objeto compatível ao lícitado é suficiente para atendimento as regras do instrumento convocatório.

22. Para fins de qualificação técnica, verifica-se a apresentação, dentre outros atestados, dos seguintes documentos (0018442327):

a) Atestado emitido pela empresa CAERD, atestando a execução de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) em suas unidades de tratamento (pág. 80);

b) Atestado emitido pela empresa AMAGGI, atestando a execução de serviço de limpeza, coleta, transporte, tratamento e/ou destinação final de esgoto sanitário (pág. 81);

c) Atestado emitido pela Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo - FEASE, atestando a execução do serviço de limpeza 85-86).

23. Verifica-se que, a Pregoeira, com vistas a afastar quaisquer dúvidas **quanto à qualificação técnica da empresa recorrida apresentada no atestado de capacidade técnica** e resguardar a Administração, encaminhou os autos para análise técnica da Secretaria interessada (SESAU), que por sua vez, emitiu o Parecer 233 (0019651923). Eis o teor:

2. DA ANÁLISE

Considerando a Proposta e Documentação (id. 0018442327) o qual apresenta, dentre outros documentos, os Atestados de Capacidade Técnica, páginas 80 a 86.

Considerando que, dos 7 (sete) atestados apresentados, 3 (três) não têm relação alguma com o Objeto do Termo de Referência, páginas 82, 83 e 84.

Considerando que, os serviços prestados, referente ao Atestado da Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo – FEASE, página 85, foram executados em várias unidades da Fundação, que estão localizadas em diversos municípios do Estado.

Considerando ainda que, o Atestado de Capacidade Técnica em que a empresa prestou serviços para Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD, nas Estações de Tratamento de Esgoto - ETE, página 80, seja o de maior relevância, haja vista que, os serviços foram executados em mais de uma unidade de tratamento.

Diante o exposto, entende-se que os Atestados de Capacidade Técnica apresentados, que apresentam similaridade com o Objeto do Termo de Referência, estão de acordo.

24. **Depreende-se da análise técnica que o atestado de capacidade técnica e comprova que a empresa já executou serviços de manutenção preventiva e corretiva que guardam compatibilidade com o objeto almejado, atendendo as regras editalícias, logo, não assiste razão as recorrentes.**

25. Desta forma, considerando que a Recorrida **MARIFOSSA SANEAMENTO EIRELI ME** demonstrou de forma suficiente possuir a qualificação técnica mínima exigida e atendeu todas as exigências do Edital, a manutenção de sua habilitação é medida que se impõe.

b) Em relação a declaração afirmando que entregará as documentações exigidas no subitem 13.9 do edital

26. Compulsando os documentos apresentados pela recorrida (0018442327), verifica-se de fato a não apresentação de declaração de que no momento da assinatura do contrato entregará a documentação exigida no subitem 13.9 do edital.

27. Não obstante a ausência da declaração, a recorrida declara estar de acordo com todas as cláusulas do edital, aceita todas as obrigações e responsabilidades (pág. 01) e apresenta toda a documentação antecipadamente. Vejamos:

- a) Licença de Funcionamento (pág. 25)
- b) Licença Sanitária (pág. 61);
- c) ART - responsável técnico e contrato de prestação de serviços (pág. 73-79);
- d) Registro da empresa no Conselho de Química 14ª Região (pág. 88);
- e) Certificado de Regularidade - CR emitido pelo IBAMA (pág.89);
- f) Licença Ambiental (pág. 90-91).

28. Destarte, restou claro que a recorrida supriu a lacuna quando do envio de declaração de concordância com o Edital e Termo de Referência. Corroborou para sua habilitação a documentação exigida.

29. Assim sendo, conclui-se que a ausência da declaração não é motivo por si só para a inabilitação da recorrida, quando a mesma apresentar a própria documentação, comprovando que possui toda a qualificação técnica exigida.

30. Sabe-se que o procedimento licitatório está vinculado ao formalismo, no qual os atos devem se desenvolver em observância os princípios que o embasam, principalmente, o julgamento objetivo e a vinculação ao instrumento convocatório.

31. Entretanto, o rigor excessivo e incoerente não é admissível pelos tribunais, de modo a não se sobrepor os meios aos fins almejados. Sendo assim, o ato de julgar deve estar sempre contido de razoabilidade e proporcionalidade.

32. Sobre o exposto, o Poder Judiciário está inclinando seu entendimento no sentido de que o procedimento licitatório não deve ser pautado no Princípio do Formalismo Exacerbado, de modo a desvirtuar sua finalidade pública.

33. Nesse sentido é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

"Não se pode perder de vista que a licitação é instrumento posto à disposição da Administração Pública para a seleção da proposta mais vantajosa. Portanto, selecionada esta e observadas as fases

do procedimento, prescinde-se do puro e simples formalismo, invocado aqui para favorecer interesse particular, contrário à vocação pública que deve guiar a atividade do administrador. (STJ - ROMS 200000625558, rel. Min. José Delgado, publicado no DJ de 18/03/2002, p. 174)".

34. Por fim, o Tribunal de Contas da União orienta a aplicação do Princípio do Formalismo Moderado durante a condução do certame licitatório, afastando interpretação que acarrete exigências demasiadamente formais, gerando aquisições desvantajosas para a Administração Pública (acórdão n. 357/2015-plenário).

35. Logo, os argumentos levantados pelas recorrentes se mostram insuficientes para a reforma da decisão da Pregoeira.

36. Frisa-se que em relação aos aspectos técnicos partiremos da premissa de que a autoridade competente municiou-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos. Portanto, quanto a este ponto não existe aspecto jurídico a ser analisado.

37. Cabe ressaltar a obrigação da empresa recorrida entregar o objeto de acordo com especificação técnica do Edital e consequentemente da proposta, e que o não cumprimento das regras do edital, levam a efeito a imputação de multas e demais sanções consignadas na peça balizadora do certame, cabendo a Secretaria de origem a sua fiscalização.

VII. CONCLUSÃO

38. Ante o exposto, sob o viés jurídico, **esta Procuradoria não vislumbra qualquer irregularidade na decisão da Pregoeira, a qual julgou improcedentes os recursos apresentados pelas recorrentes.**

39. O presente parecer apenas terá validade após o aprovo por parte do Procurador Geral do Estado de acordo com o art. 11, V, da LCE n. 620/2011 e arts. 8º, § 3º c/c 9º, II, da Resolução n. 08/2019/PGE/RO.

40. Oportunamente, submeter-se-á o presente recurso, do art. 109, § 4.º, da Lei n.º 8.666/93, à decisão superior, conferindo-se regular curso ao processo, de acordo com a legislação em vigor.



Documento assinado eletronicamente por **Horcades Hugues Uchoa Sena Junior, Procurador do Estado**, em 01/09/2021, às 12:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0020366254** e o código CRC **0640EE99**.